



Minirreforma eleitoral é sancionada com cinco vetos

Originária do Projeto de Lei do Senado 441/2012, conhecido como minirreforma eleitoral, a Lei 12.891/2013 foi sancionada com cinco vetos

pela presidente da República na quinta-feira. Entre os dispositivos vetados, está a proibição de afixar faixas ou fazer pinturas de propaganda eleitoral em propriedades

particulares, como residências e muros. O abrandamento da punição a partidos com prestação de contas rejeitada pela Justiça também foi retirado do texto. **3**

Pedro Franco/Agência Senado



Orçamento e Plano de Educação em semana decisiva

Votação do Orçamento da União, pelo Congresso, deve ocorrer amanhã. No mesmo dia, os senadores analisam o Plano Nacional de Educação (PNE). Na quarta, haverá a devolução simbólica do mandato de Jango. **4**

Relatório de Vital do Rêgo (E) ao PNE foi adotado pelo relator em Plenário, Eduardo Braga (2º à esq.)

Rádio Senado e sinal digital da TV chegam a João Pessoa amanhã **2**

Sessão solene homenageia hoje o ambientalista Chico Mendes **2**

Debate interativo analisa Constituição sob o ponto de vista dos trabalhadores **4**

Ônibus urbano será foco de CPI, diz Requião

Senador Roberto Requião diz que técnicos devem trabalhar durante o recesso parlamentar para elaborar o plano de atividades da comissão de inquérito criada na sexta-feira e encarregada de investigar irregularidades, a ineficiência e os preços de tarifas do transporte coletivo urbano. Para ele, a CPI deveria ser instalada já nesta semana. **4**



Segundo Requião, serão analisados preferencialmente os sistemas de ônibus das cidades com mais de 200 mil habitantes

Pedro Franco/Agência Senado

O SENADO VOTOU. AGORA É LEI
Aposentadoria especial de pessoas com deficiência
Lei Complementar 142/13



Um justo direito para quem percorre esse caminho

O Senado aprovou a lei que reduz o tempo de contribuição e a idade para a aposentadoria de pessoas com deficiência.

Saiba mais em:
www.senado.leg.br/agoraelei



Secom | Criação e Marketing

TV e Rádio Senado chegam a João Pessoa

Está previsto para amanhã o início da transmissão das duas redes na capital da Paraíba, em parceria com a assembleia legislativa do estado, que usará o canal de TV para transmitir a própria programação

ARÁDIO SENADO e o sinal digital da TV Senado começam a ser transmitidos em João Pessoa amanhã. Um acordo do Senado com a Assembleia Legislativa da Paraíba permitiu que as instituições dividissem os custos de implantação das duas emissoras.

Em contrapartida, a assembleia legislativa irá utilizar uma das quatro subcanalizações permitidas pelo sistema digital para transmitir a própria programação e poderá usar dois horários

preestabelecidos da Rádio Senado também para a programação própria.

Essas são as bases do protocolo de intenções padrão aprovado pela Mesa Diretora do Senado, que está sendo negociado com todas as instituições dispostas a formar parcerias com a Casa na expansão da TV e da Rádio Senado.

Os acordos preveem ainda que um dos canais da subcanalização será destinado à TV Câmara, da Câmara

dos Deputados, da mesma maneira que, nas localidades cobertas pela Câmara, a TV Senado será, igualmente, contemplada.

Também amanhã o presidente do Senado, Renan Calheiros, assinará um protocolo de intenções com o Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, estabelecendo a parceria para a implantação da TV e da Rádio Senado em Maceió.

A TV Senado já transmite em São Luís, em caráter de experiência.



Imagens geradas em alta definição no Plenário do Senado, em Brasília, chegarão a João Pessoa e, em breve, a Maceió

Congresso realiza sessão para homenagear Chico Mendes

O ambientalista Chico Mendes (1944–1988), que ficou conhecido internacionalmente pela luta em favor dos seringueiros e da proteção da Floresta Amazônica, será lembrado hoje em sessão solene do Congresso. A homenagem começa às 11h, no Plenário do Senado.

Chico Mendes foi assassinado a tiros, no quintal da casa dele, em Xapuri (AC), no dia 22 de dezembro de 1988, uma semana depois de completar 44 anos.

Além da sessão solene, o ambientalista foi homenageado com a aprovação de projeto que o declara Patrono do Meio Ambiente no país. Aprovado na última quarta-feira, o texto seguiu para a sanção presidencial.

Para o senador Anibal Diniz (PT-AC), um dos autores do requerimento para a sessão de hoje, as homenagens mostram que o Senado está em sintonia com o meio ambiente.

Integrantes do Senado Verde visitam fazenda agroecológica

O Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais do Senado e integrantes do Programa Senado Verde realizaram na sexta-feira visita técnica à Fazenda Malunga, a maior produtora de alimentos orgânicos certificados da Região Centro-Oeste. Os servidores, responsáveis pela adoção de boas práticas ambientais na Casa, tiveram uma aula prática sobre as ações aplicadas no modelo de gestão adotado, que une qualidade, respeito ao meio ambiente, à saúde, rastreabilidade e bons resultados econômicos.

— Foi uma iniciativa bastante produtiva, pois recebemos uma série de informações sobre o processo produtivo dos orgânicos, além da possibilidade de firmar parcerias para reforçar as ações ambientais que o Senado irá executar nos próximos meses — afirmou a coordenadora do Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais, Andrea Bakaj.

DIRETOR-GERAL REAVALIA OS CONTRATOS DO SENADO E DÁ INÍCIO AO PLANEJAMENTO PARA 2014

O diretor-geral do Senado, Helder Rebouças, reúne hoje os demais diretores da Casa para fazer uma avaliação dos contratos

em andamento e debater o planejamento para o próximo ano. O objetivo é identificar e atender as necessidades do Senado,

de maneira a garantir à realização das atividades parlamentares uma prestação de serviços eficiente e ágil.

CORREÇÃO

O **Jornal do Senado** errou em infográfico publicado na página 8 da edição da última sexta-feira sobre a relação comercial do Brasil com a Albânia. Na verdade, as exportações brasileiras somam US\$ 39,5 milhões anuais e as importações, US\$ 1,69 milhão.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

PLENÁRIO Chico Mendes

11h Sessão conjunta do Congresso em memória dos 25 anos da morte de Chico Mendes. Às 14h, a sessão do Senado é não deliberativa.

PRESIDÊNCIA Prêmio Jovem Cientista

11h Renan Calheiros participa de cerimônia de entrega do 27º Prêmio Jovem Cientista, no Palácio do Planalto.

CDH A Carta e os trabalhadores

9h Debate sobre os 25 anos da Constituição na visão dos trabalhadores. A audiência pública terá caráter interativo, com a possibilidade da participação popular.

CPI DA ESPIONAGEM Europeus

14h Realização de videoconferência, no Auditório Antonio Carlos Magalhães, com membros de comissão do Parlamento Europeu sobre o mesmo tema.

CCJ Drogas

14h30 Análise do projeto que trata do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e sabatina de Fábio George Cruz da Nóbrega, indicado para o Conselho Nacional do Ministério Público.

CONGRESSO Orçamento

19h Sessão conjunta no Plenário da Câmara para apreciação de projetos de lei. Entre eles, o Orçamento para 2014.

TERÇA

CMA/CCJ/CAE Prestação de contas

8h30 O diretor-presidente da Agência Nacional de Águas, Vicente Andreu Guillo, participa de audiência conjunta para prestação de contas anual da ANA.

CI Água da chuva

9h Análise de projeto sobre aproveitamento de água da chuva na construção de prédios públicos.

CMA Sabinas

9h Sabatina de Gisela Forattini, Vicente Guillo e Gilberto Conejo, indicados para direção da Agência Nacional de Águas.

SUBCOMISSÃO DA VERDADE Ossadas

9h Audiência sobre descoberta de ossadas que podem ser de desaparecidos políticos e integrantes da Guerrilha do Araguaia.

CÓDIGO PENAL Relatório final

9h30 Apreciação do relatório final da Comissão de Reforma do Código Penal.

CAE Cadastro

10h Em pauta, projetos sobre novas regras para inclusão de consumidor em cadastro de inadimplência e sobre obrigações de empresa aérea que cancelar voo.

CE Ancine

10h Exame da indicação de Roberto Gonçalves de Lima para a Agência Nacional do Cinema (Ancine).

QUARTA

CAS Albinismo e fibrose cística

9h Na pauta, projeto que isenta do pagamento do Imposto de Renda os aposentados portadores de albinismo e de fibrose cística.

CDR Gestão da Embratur

9h Audiência pública debate modelo de gestão para o Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur). Entre os convidados, o presidente do órgão, Flavio Dino.

CCJ Investigação

10h Projeto em pauta prevê que furtos e roubos contra instituições financeiras são crimes contra o sistema financeiro nacional e define a competência da Polícia Federal para a investigação.

REGULAMENTAÇÃO DE LEIS Greve

13h Apresentação do relatório parcial sobre regulamentação do direito de greve do servidor público.

CAE Energia elétrica

14h Instrução do projeto que cria o Conselho Nacional de Consumidores das Distribuidoras de Energia Elétrica.

CONGRESSO João Goulart

15h Sessão solene para devolução simbólica do mandato presidencial ao ex-presidente da República João Goulart.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Direitos Humanos**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portela
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos,
 João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral: Helder Rebouças
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção
Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333
Editor-chefe: Sílvio Burle
Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Thâmara Brasil
Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex
Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão
Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Seep)

Sancionada minirreforma eleitoral com cinco vetos

Proposta foi aprovada pelo Senado em novembro. Entre os dispositivos vetados, está a proibição de pintura de propaganda eleitoral ou fixação de faixas em muros ou fachadas de propriedades particulares

FOI PUBLICADA NO *Diário Oficial da União* de quinta-feira a Lei 12.891/2013, resultante do projeto de minirreforma eleitoral (PLS 441/2012), de Romero Jucá (PMDB-RR), aprovado pelo Senado em novembro com o objetivo de reduzir os custos de campanha. Foram feitos cinco vetos ao texto.

Um deles libera a pintura ou a afixação de faixas de propaganda em bens particulares, como casas e muros. Também foi vetada a permissão para que associações sem fins lucrativos façam doações a partidos. A permissão continua exclusiva de cooperativas.



Romero Jucá foi o autor do projeto da minirreforma eleitoral, agora sancionada

Outro veto mantém a possibilidade de suspensão, a qualquer tempo, dos repasses

do Fundo Partidário por não apresentação ou rejeição de contas — o projeto proíbe essa suspensão no segundo semestre de ano eleitoral.

Por fim, foram vetados dois parágrafos que especificavam a prestação de contas dos gastos partidários com passagens aéreas. Segundo esses dispositivos, bastaria apresentar fatura ou duplicata emitida por agência de viagem.

Por serem mudanças administrativas, Jucá considera que as novas regras devem valer já nas eleições de 2014 por não se enquadrarem na exigência de um ano de antecedência para alterar a lei eleitoral.

Minirreforma eleitoral

- CABOS ELEITORAIS:** Mantém a possibilidade de contratação de pessoas para militância e mobilização, conhecidas como cabos eleitorais, mas impõe limites. Para cada candidato, o número de cabos eleitorais pagos não poderá passar de 1% do eleitorado nos municípios com até 30 mil eleitores. Já nos demais municípios e no Distrito Federal, o projeto define que é possível contratar mais uma pessoa para cada mil eleitores que excederem os 30 mil.
- COLIGAÇÕES:** Isenta os partidos que participarem de coligações da responsabilidade sobre excessos cometidos por candidatos de outros partidos nas propagandas partidárias e por multas impostas em decorrência desses excessos.
- COMÍCIOS:** A proposta permite que os comícios de encerramento da campanha durem até as 2h da manhã, mas os demais devem ser realizados entre 8h e meia-noite. O texto libera os carros de som e minitrios elétricos, desde que observado o limite de 80 decibéis medido a 7 m de distância do veículo.
- CONTAS DE CAMPANHA:** Dispensa de comprovação nas contas de campanha as doações de bens móveis de até R\$ 4 mil e doações entre candidatos, partidos ou comitês decorrentes do uso comum de sede e de material.
- CONVENÇÕES PARTIDÁRIAS:** Reduz o período das convenções partidárias, que deverão ser feitas entre 12 e 30 de junho do ano em que se realizarem as eleições. Atualmente, o prazo vai de 10 a 30 de junho. A ata deve ser publicada em até 24 horas. A Câmara havia retirado essa previsão do texto, mas o Senado a resgatou.
- CONVOCAÇÃO DE REDES DE RADIODIFUSÃO:** Considera propaganda eleitoral antecipada a convocação de redes de radiodifusão para divulgação de atos que denotem propaganda política ou ataques a outros partidos.
- DUPLA FILIAÇÃO:** Determina que a filiação a outro partido cancelará imediatamente a do partido anterior. No caso de alguém filiado a dois partidos, prevalecerá a filiação mais recente. De acordo com o texto, quem se filia a um novo partido tem que comunicar o fato ao juiz da zona eleitoral que fizer parte.
- ENTREGA DE MATERIAL ÀS EMISSORAS:** Prevê que as mídias com as gravações da propaganda eleitoral no rádio e na televisão têm de ser entregues às emissoras até seis horas do horário previsto para o início do programa. A regra vale inclusive nos sábados, domingos e feriados. Na lei atual não há esse limite.
- ENTREVISTAS:** Permite que pré-candidatos peçam voto ao participar de entrevistas, programas, encontros ou debates, o que não é permitido atualmente pela lei. Os encontros ou eventos poderão ter cobertura em meios de comunicação e na internet.
- FISCAIS DE ELEIÇÃO:** Limita a dois o número de fiscais de cada partido ou coligação credenciados por seção eleitoral para acompanhar os trabalhos de votação. Atualmente, não há essa limitação. A mudança foi feita na Câmara dos Deputados e acatada pelos senadores.
- GASTOS COM ALIMENTAÇÃO E PASSAGENS:** O texto também limita gastos com alimentação em campanha a 10% da receita obtida, e os gastos com aluguel de carros a 20% dessa receita.
- GRAVAÇÕES EXTERNAS:** Retira da lei a proibição de uso de gravações externas, montagens, computação gráfica, desenhos animados e efeitos especiais nas inserções de propaganda eleitoral gratuita em rádio e TV.
- IGUALDADE DE GÊNERO:** Autoriza a Justiça Eleitoral a promover propaganda institucional destinada a incentivar a participação feminina na política. Essa propaganda poderá ser realizada entre 1º de março e 30 de junho dos anos eleitorais.
- JUSTIÇA ELEITORAL:** O texto estabelece como a Justiça deverá analisar as contas de campanha, limitando o poder de auditoria da Justiça Eleitoral sobre a contabilidade, a prestação de contas e as despesas de campanha eleitoral dos partidos. A Justiça deverá fazer apenas o exame formal dos documentos contábeis e fiscais apresentados pelos partidos políticos. Hoje, não há esse limite na Lei Eleitoral (9.504/1997).
- MULTAS:** Limita a prestação do parcelamento de multas eleitorais a 10% da renda da pessoa. A intenção é evitar o comprometimento da renda. O parcelamento pode ser feito em até 60 meses.
- PROPAGANDA EM BENS PARTICULARES:** Em carros, a propaganda poderá ser feita apenas com adesivos microperfurados fixados nos para-brisas traseiros. Será permitido apenas o uso de adesivos, limitados ao tamanho de 50 cm x 40 cm.
- PROPAGANDA EM VIAS PÚBLICAS:** Nas vias públicas, será permitido o uso de bandeiras e de mesas para distribuição de material, contanto que não dificultem o trânsito de pessoas e veículos. Os bonecos e outdoors eletrônicos são proibidos.
- PROPAGANDA REPETIDA:** Proíbe as emissoras de televisão de veicular propaganda de partidos ao longo do ano, de forma repetida, no mesmo intervalo de programação. Na elaboração de propagandas, os partidos e as coligações poderão mencionar o nome e o número de qualquer candidato às eleições proporcionais no horário destinado aos cargos majoritários e vice-versa.
- REDES SOCIAIS:** Libera a campanha nas redes sociais e considera crime eleitoral a contratação direta ou indireta de pessoas para publicar mensagens com ofensas a candidato, partido ou coligação.
- SUBSTITUIÇÃO DE CANDIDATO:** Altera o limite para substituição de candidato, tanto nas eleições majoritárias quanto nas proporcionais. De acordo com o texto, a substituição só pode ser feita caso o pedido seja apresentado até 20 dias antes do pleito. Em caso de morte de candidato, não haverá esse limite.
- TEMPO DE CAMPANHA:** Promove uma alteração no tempo de campanha. Em vez de começarem no dia 5 de julho, as campanhas eleitorais começarão no dia 7 do mesmo mês.
- VALOR DE ANÚNCIO:** Mantém na lei a obrigatoriedade de a propaganda eleitoral na imprensa escrita vir acompanhada do valor pago pelo anúncio.

Vanessa Grazziotin condena doações de empresas a candidatos

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) considera acertados os votos dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) favoráveis ao fim das doações de pessoas jurídicas a campanhas eleitorais.

Para a senadora, a prática de grandes empresas financiarem campanhas políticas resulta em uma relação não saudável entre o poder econômico e os parlamentares e chefes do Executivo.

— Grande parte ou mesmo a totalidade de nós temos que



Gerardo Magela/Agência Senado

Vanessa acredita que a decisão do Supremo pode atacar a corrupção

recorrer a esse tipo de financiamento, mas eu adoraria não ter que recorrer — disse.

Vanessa considera exorbitantes os gastos com as campanhas na televisão, que muitas vezes “custam mais do que a produção de um filme para cinema”.

Simon lamenta pedido de vista em julgamento do STF

Pedro Simon (PMDB-RS) lamentou o pedido de vista do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Teori Zavascki em julgamento da Corte de uma ação direta de inconstitucionalidade que questiona regras para doações de empresas a campanhas e partidos políticos.

Na opinião do senador, seria importante que as regras valessem já para as próximas eleições. Ele fez um apelo ao ministro para que “devolva [o processo] até quarta-feira” e



Gerardo Magela/Agência Senado

Para Simon, quem mais financia são empresas com interesses no governo

permita, assim, que o julgamento seja concluído ainda neste ano.

— O ministro disse que tem que estudar [o processo]. Se essa matéria não valer para a eleição ano que vem, terá o ilustre ministro como responsável — disse Simon.

Para Jorge Viana, fim de doações de empresas a partidos beneficia povo

“Se tirar esse dinheiro [das doações de empresas] das eleições, vai ganhar o candidato que tiver a melhor proposta, vai ganhar aquele que tiver assumido o compromisso de defender a Constituição e de procurar melhorar a vida do nosso povo”, afirmou Jorge Viana (PT-AC), ao elogiar o voto de quatro ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) favoráveis ao fim das doações de pessoas jurídicas a campanhas eleitorais.

O senador disse ontem



Gerardo Magela/Agência Senado

Viana espera que a decisão final da Suprema Corte proíba a prática

esperar que essa seja a posição final do Supremo, que julga ação direta de inconstitucionalidade apresentada pela Ordem dos Advogados do Brasil questionando regras para doações de empresas a campanhas e partidos políticos.

Anibal Diniz: Acre cresceu muito nos 15 anos de governo do PT

Anibal Diniz (PT-AC) destacou o crescimento do Acre nos últimos 15 anos de governo do PT. O senador elogiou o governo de Tião Viana, disse que o estado está no caminho certo e tem melhorado a qualidade de vida da população. O senador reconhece que ainda há muitos problemas, mas disse acreditar no esforço do governador para vencê-los.

— Eu tenho certeza de que temos todas as possibilidades de superar os entraves que



Gerardo Magela/Agência Senado

Segundo o senador, o PIB per capita do estado aumentou mais de 100%

ainda restam, mas não podemos deixar de comemorar os resultados que conseguimos.

Anibal citou relatório do governo de Viana, mostrando que o produto interno bruto (PIB) per capita subiu de R\$ 4.887, em 2002, para R\$ 11.555 em 2010.

Senado e Câmara têm sessão conjunta amanhã para votar o Orçamento Geral da União de 2014. Também para esta terça-feira está marcada a análise, pelos senadores, do Plano Nacional de Educação

Moreira Matiz/Agência Senado



Presidente do Senado, Renan Calheiros (D) disse estar empenhado em aprovar o Orçamento antes do recesso parlamentar

PNE e Orçamento dominam a última semana legislativa

A ÚLTIMA SEMANA legislativa do ano promete ser decisiva para o Plano Nacional de Educação (PNE). A matéria (PLC 103/2012) começou a ser discutida em Plenário na quarta-feira, mas a votação foi adiada para amanhã. O texto do PNE recebeu críticas da oposição por falta de ações práticas e de tempestividade. O texto, que prevê metas para o período de 2011 a 2020, tramita há três anos no Congresso e ainda terá de voltar à Câmara dos Deputados.

Um dos principais críticos ao texto é Alvaro Dias (PSDB-PR), relator do projeto do PNE na Comissão de Educação (CE). Das 101 mudanças contidas no relatório do senador e aprovadas pela comissão, 47 foram rejeitadas pelo autor

do substitutivo que seria votado pelo Plenário, Vital do Rêgo (PMDB-PB). O texto apresentado pelo senador foi pouco modificado pelo relator em Plenário, Eduardo Braga (PMDB-AM). É essa versão que vai ser votada amanhã.

A pauta do Plenário também prevê a votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 34/2013, que restringe a criação ou a extinção de estatais, ministérios e demais órgãos públicos por parte do Poder Executivo. De autoria de José Agripino (DEM-RN), a proposta estipula um número maior de votos favoráveis na Câmara dos Deputados e no Senado para a aprovação de projetos que criem repartições públicas. A autorização legislativa passaria de

maioria simples para maioria absoluta, em cada Casa. A quinta e última sessão de discussão do primeiro turno da votação da PEC 34 ocorreu na quinta-feira.

Outro item que consta da pauta do Plenário é o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 72/2007, que garante às pessoas transsexuais o direito de alterar o registro de nascimento para incluir o nome social na certidão. Os senadores ainda poderão autorizar a criação da Mesorregião Metade Sul do estado do Rio Grande do Sul (PLS 315/2003) e a obrigação para as concessionárias de energia elétrica de instalar, sem ônus adicional, relógios de dupla tarifação para produtores rurais (PDS 787/2009).

Congresso devolverá mandato de Jango

Após entendimento entre governo e oposição, o presidente do Senado, Renan Calheiros, convocou para amanhã uma sessão do Congresso Nacional para a votação do Orçamento Geral da União de 2014 (PLN 9/2013). Ele disse que está empenhado em garantir a aprovação da matéria antes do recesso parlamentar.

— Buscamos um entendimento para que nós possamos votar na terça-feira o

Orçamento. Nós já convocamos o Congresso Nacional exatamente para isso e estamos empenhados nessa direção — afirmou Renan.

Na quarta-feira, às 15h, o Congresso volta a se reunir para devolver simbolicamente o mandato de presidente da República a João Goulart. O Senado aprovou o projeto de resolução (PRN 4/2013), que anulou a sessão da noite de 1º para 2 de abril de 1964.

Naquela oportunidade, o Congresso declarou vaga a Presidência da República, sob o argumento de que João Goulart havia deixado o país sem autorização da Casa, apesar de o presidente estar em território nacional, no Rio Grande do Sul. A sessão serviu para legitimar a subida dos militares ao poder. Renan disse que o Congresso Nacional tem o dever de repor a verdade sobre esse episódio da história do país.

A Carta e os trabalhadores são tema de audiência

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) realiza hoje, às 9h, audiência pública interativa (veja quadro ao lado) para debater os 25 anos da Constituição brasileira sob o ponto de vista dos trabalhadores.

O direito à greve, a jornada de 44 horas, a licença-paternidade e a ampliação da licença-maternidade foram algumas das

garantias trabalhistas concedidas pela Carta de 1988. Os convidados para o debate — representantes de movimentos sociais que apoiaram a Constituição — vão analisar na CDH como está a aplicação desses e de outros direitos na prática.

Foram convidados representantes de várias centrais sindicais de trabalhadores.

ACOMPANHE E PARTICIPE ÀS 9h

- ▶ **Tempo real:**
<http://bit.ly/CFtrabalhadores>
- ▶ **Portal e-Cidadania:**
www.senado.leg.br/ecidadania
- ▶ **Facebook:** eCidadaniaSF
- ▶ **Twitter:** @e_cidadania #CDHSenado
- ▶ **Taquigrafia:**
<http://bit.ly/notasCFtrabalhadores>
- ▶ **TV:** www.senado.leg.br/TV
- ▶ **Alô Senado:** 0800 612211

CPI vai centrar investigação em ônibus urbanos, afirma Requião

Na opinião de Roberto Requião (PMDB-PR), deveria ser instalada já nesta semana a CPI do Transporte Público.

A criação de uma comissão parlamentar de inquérito encarregada de investigar as irregularidades, a ineficiência e os preços de tarifas do transporte coletivo urbano foi confirmada na madrugada de sexta-feira e recebeu o apoio de 28 senadores, um a mais do que o mínimo necessário.

A Secretaria-Geral da Mesa, no entanto, ainda não tem informação sobre a data de instalação, que depende da publicação do requerimento no *Diário do Senado Federal* e das indicações dos integrantes pelos líderes dos partidos.

Requião esclareceu que, embora a CPI tenha como tema todo o transporte, o



Pedro Franco/Agência Senado

foco será o sistema de ônibus urbanos. Devem ser analisadas as condições desse sistema preferencialmente nas cidades com mais de 200 mil habitantes.

Mesmo que a CPI não comece a funcionar em dezembro, a intenção do senador é que os técnicos trabalhem durante o recesso para elaborar o plano de atividades.

Para Requião, vários fatores levam à fixação de tarifas altas: vícios que inibem a concorrência em processos licitatórios, falhas na condução dos contratos e falta de publicidade das planilhas de custos.

— É uma CPI técnica, não uma CPI espetáculo — disse.

Ele destacou que a melhoria dos transportes foi uma das reivindicações principais das manifestações populares deste ano.

Paim destaca relevância de CPI para investigar mortes de negros

Paulo Paim (PT-RS) destacou ontem a importância da comissão parlamentar de inquérito criada para investigar assassinatos de jovens negros no Brasil. O senador deverá presidir ou assumir a relatoria do colegiado.

A CPI, que aguarda instalação, foi um pedido de Lídice da Mata (PSB-BA) feito após



Gerardo Magalhães/Agência Senado

divulgação de estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) segundo o qual a cada três assassinatos praticados no país, dois

vitimam negros. — É como se estivesse em curso no Brasil um verdadeiro processo de extermínio da população jovem negra — disse Paim.

Ana Rita: Fórum Mundial de Direitos Humanos foi “inspirador”

O Fórum Mundial de Direitos Humanos, encerrado na sexta-feira, foi uma valiosa inspiração para que o Brasil e o mundo consolidem uma era de respeito ao próximo, afirmou Ana Rita (PT-ES). Para a senadora, o evento, realizado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República



Gerardo Magalhães/Agência Senado

e iniciado no dia 10, colocou o tema no foco do debate público.

Ana Rita elogiou a ministra Maria do Rosário pelo trabalho à frente da secretaria para garantir a universalidade desses direitos e também saudou os homenageados da 19ª edição do Prêmio Direitos Humanos.

Mozarildo diz que não vai parar de denunciar corrupção em RR

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) voltou a criticar na sexta-feira a corrupção no governo de Roraima e disse que, apesar de já ter recebido ameaças de morte, não vai se calar.

— Já recebi ameaças de morte que, claramente, vêm do comando do estado, mas eu não vou parar por causa disso. Eu fui eleito. Eu nasci



Gerardo Magalhães/Agência Senado

em Roraima. Então, eu não posso, como filho de Roraima, como senador eleito pelo meu povo, deixar que essas coisas passem como se nada tivesse existido — disse.

O senador leu notícias de Roraima que registram o mau uso dos recursos públicos, a falta de transporte escolar e de recursos para a saúde, parques malcuidados e outros.